

POLÍTICA BRASILEIRA: ENTRE PERCALÇOS AUTORITÁRIOS E AVANÇOS DEMOCRÁTICOS

Lucas Antônio Nogueira Rodrigues & João Pedro Braga de Carvalho***

Como esperado, o ano de 2022 revelou-se através de complexos desafios impostos aos brasileiros e às brasileiras. O concerto político, por momentos ofuscado pelos embates futebolísticos, teve como repto maior reconciliar razão e emoção no contexto democrático. Evidentemente, em anos eleitorais o enfoque sob a arena política cresce de forma significativa e, com isso, tanto seus distintos modos de interpretação da realidade como suas diferentes promessas de futuro (ou de passado) precisam colocar-se à prova. A racionalidade pretende, por meio da busca pelo esclarecimento, convencer logicamente os eleitores a enveredarem por certa escolha, no entanto, o que conquista o coração de um povo certamente são aquelas ideias que, para além de fazer sentido, criam paixões.

Insistimos: momentos como esse, nos quais a disputa entre diferentes vontades vem à tona, são difíceis e, por vezes, possibilitam que o confronto político ultrapasse as regras democráticas estabelecidas constitucionalmente. O rastro deixado pelos excessos autoritários deste ano deixa lições. Visando esse papel pedagógico da História, devemos nos perguntar como transformar o passado em aprendizado para que a tomada de decisão presente seja suficiente para realizar aquilo que imaginamos para o Brasil do futuro. Este foi a função do dossiê do volume 7, número 2, do ano de 2022 da Revista de Ciências do Estado, cujo tema *Política, Democracia e Voto: a disputa pelo poder* foi capaz de, após 200 anos da Independência do Brasil e em comemoração aos 75 anos da defesa da tese proposta por Victor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto*, refletir sobre o que a história política pôde nos ensinar.

Em meio ao caos, a REVICE precisou manter-se em ordem para que ela continuasse sendo o espaço de rica discussão que sempre foi. Assim, remando contra todos os cortes da educação e todo o lamentável desincentivo à ciência, encerramos o ano indexados no catálogo de um dos maiores indexadores da América Latina, o *Latindex*, e fomos classificados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES no novo *Qualis 2017-2020* como um periódico A4. Tais conquistas foram frutos de

* Editor-chefe da Revista de Ciências do Estado. Graduando em Ciências do Estado pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Brasil.

** Editor-chefe adjunto da Revista de Ciências do Estado. Bacharel em Ciências do Estado e doutorando em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Brasil.

um árduo trabalho de todas as Direções da REVICE, bem como de todos aqueles que passaram pelo Corpo Editorial, aos quais prestamos nossos agradecimentos e compartilhamos essas significativas vitórias. Neste segundo número do sétimo volume da Revista de Ciências do Estado, publicamos 9 manuscritos que compõem o dossiê, 6 artigos de temática livre, 2 ensaios e 1 entrevista inédita com o Professor Titular Jairo Nicolau.

O trabalho de Hugo de Pellegrin Coan e Evelyn Scapin, intitulado *O Estado Federal Brasileiro e a possibilidade de Conselhos Estaduais de Justiça: uma abordagem republicana e democrática*, abre o dossiê com a hipótese de reprodução de controle administrativo do Poder Judiciário pelo Conselho Nacional de Justiça em nível estadual, por meio de uma abordagem crítica, levando em consideração conceitos como o de patrimonialismo e o de luta de classes, bem como os arcabouços teóricos de autores como Florentan Fernandes e Darcy Ribeiro. Em seguida, em *Limites do discurso político na Lei da Anistia; novas perspectivas a partir do controle de convencionalidade*, Felipe Cidral Sestrem, Henrique da Silva Telles Vargas e Ricardo Fretta Flores avaliam, sob uma metodologia de abordagem hipotético-dedutiva, se o discurso político e a perpetuação do modelo adversarial (amigo-adversário) podem ser superados por meio da aplicação de instrumentos jurídicos. Após isto, Edson Armando Silva e Ricardo Enguel Golçalves, no texto *Em nome do partido, da militância e da transformação social: a participação católica no Partido dos Trabalhadores da cidade de Ponta Grossa – PR (1980-1992)*, exploram as relações da Igreja Católica paranaense com os principais atores políticos locais. A seguir, em *Neoliberalismo, Corrupção e Sistema Penal: uma relação simbiótica*, Samuel Rivetti Rocha Balloute versa sobre as relações entre neoliberalismo, sistema penal e corrupção, além de caracterizar especificamente cada uma dessas categorias utilizando-se de referenciais teóricos como Jessé de Souza, Noam Chomsky e Eugenio Zaffaroni em suas reflexões. Na sequência, Heitor Moreira Lurine Guimarães, em *Necropolítica como gestão do luto*, explora as ações de enfrentamento à Pandemia de Covid-19 no Brasil a partir do conceito de necropolítica e, incluindo diferentes aspectos relativos ao processo de luto, demonstra a relevância da comoção social e suas repercussões no espaço público. Seguidamente, Herberth Heloy Amaral de Oliveira, em *A democracia brasileira morreu?*, aborda a história recente do Brasil, focando no papel desempenhado por Jair Bolsonaro no processo de erosão democrática que o país enfrenta, além de refletir como se mostrou possível o aprofundamento dessa crise política e como revertê-la sem apelar para medidas estranhas à Constituição. Já em *Entre a estruturação do pacto federativo e a crise do poder constituinte:*

uma análise habermasiana da legitimação constitucional, João Guilherme Carvalho Silva reflete a respeito das bases teóricas do federalismo a partir dos pensamentos de Jürgen Habermas acerca da crise do poder constituinte nas democracias globais modernas, para além de Habermas, o autor utiliza, por exemplo, das obras de pensadores como Ronald Dworkin, Axel Honneth, Immanuel Kant e Hans Kelsen. Posteriormente, em *A participação popular em regimes populistas*, Rodrigo Élcio Marcelos Mascarenhas tem como objetivo compreender como a direita utiliza de instrumentos de participação popular no governo do presidente Jair Bolsonaro. Enfim, fechando o dossiê, Roberta Puccini Gontijo, em *Os amnésicos: uma história da desnaturação democrática brasileira*, observa como se dá o salto da descrença na efetividade normativa à indiferença política a partir da figura dos amnésicos.

Nos artigos de temática livre, o texto *Rastros e ruínas da mercantilização da natureza: o Estado e a expansão do capital na Amazônia brasileira a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte* de autoria de Brunno Victor Freitas Cunha e Izabela Santarelli busca compreender como a construção da Usina de Belo Monte operou de modo a expandir o capital para a Amazônia brasileira por meio de políticas estatais, tornando o Estado aliado da expansão capitalista, da degradação ambiental e da destruição dos modos de vida dos povos indígenas, ribeirinhos e da população local. Na sequência, Bruna Vieira Esteves dos Santos, em seu artigo *A reimaginação dos benefícios fiscais como instrumentos de desenvolvimento estatal*, busca compreender as relações entre concessão de benefícios fiscais e o desenvolvimento socioeconômico no Brasil, para tanto, a autora utiliza de uma metodologia crítico-dialética e trabalha com autores como Gilberto Bercovici, Paulo Bonavides, Celso Furtado, James Buchanan e Roberto Mangabeira Unger. Posteriormente, a Professora Cristiana Fortini da Universidade Federal de Minas Gerais e a mestrandia Lívia Magnani, em *O controle disfuncional da Administração Pública*, versam sobre o desenvolvimento dos sistemas anticorrupção no Brasil a partir da redemocratização e da Constituição de 1988, suas consequências na Administração Pública, desde seus impactos positivos até seus efeitos negativos no cenário estatal brasileiro. Já em *Mobilização do direito e qualidade da lei como recurso de lutas sociais*, Pietra Vaz Diógenes da Silva discute os estudos da socióloga francesa Liora Israël e os relaciona com aspectos da teoria legística, além de abordar temas como a participação popular e os direitos humanos trabalhando autores para além da própria socióloga, como Marilena Chauí, Roberto Kant de Lima e Fabiana Menezes Soares. Seguidamente, Thábata Ribeiro Coelho explora em *O sucesso da*

Guerra às Drogas a perspectiva que aponta para o sucesso desse modelo de política criminal desde o início da sua implementação até os dias atuais e, assim, demonstra que os resultados obtidos nessa guerra não são ocasionais ou indesejados. E finalizando a seção de temática livre, em *O debate Hart-Dworkin relido à luz da crítica sozjal*, a Professora Júlia Ávila Franzoni da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Professor André Luiz Souza Coelho, da mesma instituição, propõem o debate Hart-Dworkin distribuídos em três círculos: o círculo externo diz respeito à existência de um (regras) ou dois (regras e princípios) padrões jurídicos, bem como à existência e abrangência de uma regra de reconhecimento; o círculo intermediário toca nos temas do sentido, amplitude e inevitabilidade da discricionariedade judicial e da relação entre Direito e moral; já o círculo interno, por fim, envolve o problema dos desacordos teóricos e da diferenciação entre dois tipos (descritivo e interpretativo) de teoria do Direito.

Na seção de ensaios, Ivonne Téllez Patarroyo, doutoranda em Direito pela Universidad de Buenos Aires, em *Colombia, una democracia de baja intensidad analizada desde el exilio*, trabalha a perspectiva do exílio no cenário colombiano e utiliza-se de autores como Sebastián Sancari, Raul Gustavo Ferreya e Nancy Fraser. Por sua vez, em *Comunicação Pública e as disputas pré-eleitorais em tempos de pandemia*, Nivaldo Cesar de Souza Junior analisa as disputas pré-eleitorais na pandemia, a partir dos posicionamentos públicos de Jair Bolsonaro no Twitter, bem como em noticiários e demais mídias públicas.

Por último, a Revista de Ciências do Estado publica a Entrevista *Política, democracia e voto: lições eleitorais para o futuro do Brasil* com a Professor Titular Jairo Nicolau que discute os resultados das eleições do primeiro turno e, a partir das disputas ideológicas e dos fatos que marcaram a cena política do ano de 2022, almeja-se interpretar o cenário político de hoje para que estejamos preparados para o Brasil do amanhã. E, em nota de agradecimento especial ao excelentíssimo entrevistado, a Equipe Editorial da Revista de Ciências do Estado agradece também às autoras e aos autores que construíram esse número por terem confiado em nosso trabalho, aos avaliadores e às avaliadoras pela parceria na construção desse volume e a todos aqueles que direta ou indiretamente fizeram com que esse dossiê fosse possível. O Brasil que queremos é essencialmente político, indubitavelmente democrático e, por isso, a REVICE segue construindo espaços para que o debate seja permanentemente possível.